

APRESENTAÇÃO

A teoria sociológica e o debate micro-macro hoje

Carlos Eduardo Sell¹
Josias de Paula Jr.²

A clássica dicotomia indivíduo-sociedade (ou, segundo uma concepção diversa, a distinção entre micro e macro, terminologia que adotaremos mais à frente) é tão antiga quanto a história da sociologia e pode ser considerada como um dos elementos constituintes desta disciplina. Enquanto a antropologia erige-se a partir da dualidade natureza e cultura, o saber sociológico, em direção distinta, funda-se no problema da agregação dos indivíduos e no surgimento de unidades coletivas ou sociais (VANDENBERGUE, 2009), questão que Georg Simmel (1992), de forma magistral, expressa na seguinte indagação: “como a sociedade é possível”? Embora a sociologia encontre-se hoje altamente fragmentada teoricamente, não seria equivocado dizer que, ao lado de sua consagrada tríade fundadora (Marx, Durkheim e Weber) – que, mais do que indicar raízes históricas, cumpre uma função teórica mediadora entre os diversos campos especializados da sociologia, (ALEXANDER, 1999) – também a díade indivíduo-sociedade (ou macro-micro) e os debates dela resultantes constituem, apesar da fragmentação, um patrimônio perene da ciência sociológica. Se é verdade que a sociologia não se esgota neste ponto, nem por isso ela deixa de ser uma questão fundamental, no sentido essencial de elemento que funda a possibilidade mesma do discurso sociológico. Vale dizer que, se os clássicos sintetizam sua dimensão histórica, é a dualidade micro-macro que constitui o eixo da dimensão sistemática da teoria sociológica.

-
- 1 *Doutor em Sociologia Política e professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Realizou pós-doutoramento na Ruprechts-Karl-Universität Heidelberg.*
 - 2 *Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco).*

A polaridade “indivíduo” (concebida como a unidade mínima da sociologia) e “sociedade” (concebida como sua unidade máxima) constitui um continuum em torno do qual distribuem-se diferentes concepções da teoria sociológica e de seus três problemas centrais: o problema da ação, da ordem e da mudança (JOAS, 2004). Com efeito, desde suas origens, o modo como se concebe a relação entre essas duas unidades de análise da realidade social tem dividido essa ciência. Refletindo processos sociais e ambientes intelectuais distintos, acabaram firmando-se duas grandes tradições interpretativas (LEPENIES, 1996), privilegiando a primeira o elemento macro-objetivo do coletivo e a segunda o elemento micro-subjetivo do individual, divisão que costuma ser apresentada (não sem alguma simplificação) a partir das figuras arquetípicas de Émile Durkheim, por um lado, e de Max Weber, por outro. Apesar de alguns intérpretes já localizarem em autores da geração fundadora da sociologia teóricos que propunham uma síntese dessas dimensões (como Marcel Mauss, no entender de Caillé (2007), ou Georg Simmel, conforme Vandengergue (2001)), é somente a partir do pós-guerra que, de fato, interpretações “relacionais” ou “sintéticas”, como as de Pierre Bourdieu (2007) e Anthony Giddens (2003), entre outros, irão propor, de forma intencional e sistemática, uma síntese dessas tradições, desembocando naquela tendência que Jeffrey Alexander (1987) denominou como “Novo movimento teórico”. Nessa medida, bem podemos corroborar a imagem de Gert Albert (2011) que, na esteira de Vanberg (1975), concebe esta disciplina a partir da divisão de “três” grandes “sociologias”.

Mas, ainda que possamos ler a dualidade “indivíduo-sociedade” como um elemento constituinte da teoria sociológica, isso não significa que o problema nela contido encontre a mesma formulação teórico-conceitual em todas as correntes sociológicas. Mesmo a dicotomia até agora subsidiariamente empregada (indivíduo e sociedade) está longe de ser consensual. Para uma ciência multiparadigmática como é o caso da sociologia, esse dilema comporta expressões epistemológico-conceituais diversas, que ora assumem a roupagem da oposição entre “subjetivo e objetivo”, “sistemas psíquicos e sociais” ou mesmo da “balança do nós e do eu”, como encontramos, respectivamente, em pensadores díspares como Pierre Bourdieu (2007), Niklas Luhmann (1984) e Norbert Elias (1994), entre outros. Tais formulações escondem não apenas nomenclaturas distintas, mas também modos divergentes de conceber a natureza do problema e, mais importante ainda, suas soluções.

Diversidade à parte, dois esquemas conceituais têm sido particularmente influentes nas teorias sociológicas contemporâneas. O primeiro deles tem origem na célebre diferença que David Lockwood (1964) estabeleceu entre integração social e integração sistêmica. Buscando reconciliar as abordagens divergentes do marxismo e do funcionalismo, ele argumentou que tais correntes abrigam modos opostos de conceber o vínculo social, buscando a primeira entender os princípios pelos quais os atores estão mutuamente relacionados, enquanto a segunda refere-se a relação entre as partes do sistema social (DOMINGUES, 2002). O esquema de Lockwood constitui a plataforma a partir do qual Jürgen Habermas e Anthony Giddens (bem como Roy Bhaskar (1997) e Margareth Archer (1995)) buscam lidar com as diferentes unidades de análise do saber sociológico. É tendo como pano de fundo o esquema que diferencia entre “integração social” e “integração sistêmica” que Habermas (1981, p. 171-181) formula uma teoria sociológica que, calcada na distinção entre “mundo da vida” e “sistema”, pretende superar a oposição entre duas estratégias metodológicas rivais: aquela que concebe a sociedades a partir dos seus agentes sociais (e tendo como pano de fundo um consenso normativo) e aquela que a concebe a regulação de tais ações por mecanismos estruturais. Também é a partir dela que Giddens (2003, p. 163-170), recorrendo aos conceitos de agência e estrutura, pretender ir além da oposição entre a análise das interações sociais em situação de copresença, de um lado, e da reciprocidade entre atores ou coletividades no tempo-espço ampliado, de outro. Dessa forma, cada um deles postula oferecer uma resposta mais satisfatória ao problema posto na dicotomia de Lockwood.

O conjunto de trabalhos aqui reunidos organiza-se e explora outra via de formulação conceitual do problema fundante da teoria sociológica, a saber: a distinção entre micro e macro. Embora essa distinção seja oriunda da teoria da escolha racional, ela não deve ser confundida com essa abordagem, pois como argumentam Wipler e Siegwart (1987, p. 135), podemos também utilizá-la como um esquema meta-teórico a partir do qual as diferentes formas de conceber a teoria sociológica podem ser ordenadas. Dito de outro modo, a dicotomia micro-macro não implica a priori uma opção teórica determinada sobre como concebemos a relação entre esses níveis, pois deve ser entendida como um esquema auxiliar para determinar quais são as múltiplas soluções que, a partir dele, são concebíveis. Além disso, o nível “micro” e o “nível macro” não devem ser confundidos com as expressões “microsociologia” ou “macrossociologia”,

pois o primeiro par conceitual nos aponta para unidades de análise, enquanto o segundo focos de análise. Nestes termos, microsociologias devem ser definidas como correntes teóricas cujo foco de interesse ou de pesquisa é o plano micro da vida social, enquanto macrosociologias como correntes teóricas cuja atenção está voltada para o plano macro (ou transindividual) da realidade social. Conseqüentemente, uma teoria microsociológica não implica a negação do nível macro, dado que o que a caracteriza é apenas seu interesse analítico, mesmo raciocínio que se aplica para as teorias macrosociológicas.

A partir da distinção entre o nível micro e o nível macro de análise sociológica também podemos determinar o conteúdo dos principais paradigmas sociológicos contemporâneos. Eles diferem a depender da prioridade explicativa que conferem a essas unidades, níveis ou planos de análise. Com base neste entendimento, podemos dizer que o individualismo metodológico é aquela abordagem que confere prioridade explicativa ao nível micro sobre o nível macro, enquanto o holismo metodológico inverte essa relação, conferindo prioridade ao nível macro na determinação dos fenômenos sociais. Já as abordagens relacionais esforçam-se por equilibrar o papel do nível micro e do nível macro na explicação sociológica, conferindo a ambos o mesmo peso analítico. Em síntese, microsociologias e macrosociologias diferem quanto ao “interesse analítico”, enquanto individualismo, holismo e teorias relacionais distinguem-se pela “prioridade explicativa” que conferem ao nível micro ou ao nível macro de análise. No primeiro caso, trata-se de uma questão de foco, no segundo de uma questão de estratégia metodológica. A divisão entre o nível micro e o nível macro de análise, concebido como uma esquema metateórico, também nada nos diz, a priori, a respeito do conteúdo substantivo de cada um deles, nos quais, por sinal, podemos inserir níveis intermediários (nível meso). Dessa forma o esquema nos deixa livres para remeter o nível micro ao indivíduo, sujeito, ação, prática social, habitus, agência, actância, interação, relação, mundo da vida, sistema psíquico, etc.; enquanto o nível macro pode ser concebido como sociedade, estrutura, instituição, organização, sistema social, ordem social etc. A partir desse esquema também é possível elaborar diferentes concepções ontológicas do social (SEARLE, 2010), desde aquelas que consideram o nível coletivo como uma realidade efetivamente existente (como na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann ou no dualismo analítico de Margareth Archer), até aquelas que decompõem o social nos seus elementos

individuais (como a teoria da escolha racional), única instância a quem é atribuído estatuto ontológico real.

Os artigos aqui reunidos visam refletir sobre essa questão fundante do discurso sociológico a partir da dicotomia micro-macro. Os dois primeiros textos, que nos propõem uma releitura de Max Weber, não devem ser lidos apenas como estudos exegeticos, mas como aportes que nos fornecem os instrumentos conceituais que orientam este dossiê: eles são estudos históricos com intenção sistemática. Como já esclarecemos acima, eles nos proporcionam uma plataforma de discussão sobre este problema constituinte da teoria sociológica. Nessa direção, Wolfgang Schluchter (*A dualidade entre ação e estrutura*) mostra como a distinção entre o nível micro e o nível macro de análise sociológica já está presente nos artigos que Weber escreveu em 1904 e 1905 (*A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*), o que lhe permite amadurecer a questão nos seus Conceitos sociológicos fundamentais (de *Economia e Sociedade*) e nas pesquisas histórico-comparativas sobre as religiões mundiais (*Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião*). Rompendo com a usual leitura de Weber como um individualista metodológico, Schluchter nos apresenta a possibilidade de localizar na sociologia weberiana uma antecipação do paradigma relacional, pois ao invés de uma teoria da dualidade da estrutura, Weber nos fornece uma explanação da dualidade entre ação e estrutura. Essa mesma pista é seguida por Gert Albert (*Holismo metodológico moderado*) que nos fornece uma visão complexa e menos dicotômica a respeito do debate entre holismo e individualismo metodológicos. No seu modelo, podemos diferenciar entre duas versões do holismo (radical e moderado) e duas versões do individualismo metodológicos (radical e moderado). Essa visão complexa é alcançada devido ao modo acurado pelo qual Albert lida com os conceitos de “emergência” e “redução”, hoje centrais no debate sociológico. A emergência e a redução podem assumir conotações ontológicas (o conceito de emergência tem maior afinidade com realidades sociais coletivas, enquanto a redução tende a negar esta possibilidade, atribuindo-a preferencialmente aos indivíduos) ou mesmo metodológicas (qual seja, enquanto diferentes modos de articulação entre os níveis de análise sociológica, em relação ao qual a emergência privilegia o nível macro e a redução o nível micro). É por isso que, ao identificar em Weber uma tendência antirreducionista, ele prefere classificar o autor na vertente do holismo moderado, ainda que tal posição, posteriormente,

acabe sendo revisada, levando-o a aproximar-se da posição de Schluchter que enxerga em Weber um representante da terceira sociologia (ALBERT, 2011).

A partir dessa plataforma metateórica, os demais artigos exploram diferentes problemas e questões, tanto em relação ao nível macro, quanto em relação ao nível micro do discurso sociológico.

No âmbito do nível macro, Roberto Dutra e Fernando Perlatto nos conduzem para além do plano da esfera nacional, terreno no qual os discursos sociológicos clássicos têm se movido. Roberto Dutra, no artigo *Diferenciação funcional e a sociologia da modernidade brasileira*, discute a teoria da sociedade mundial funcionalmente diferenciada de Niklas Luhmann. A tese do autor é que a teoria do sociólogo de Bielefeld não exclui a possibilidade de variações regionais do cenário global. Esse dado permite a Dutra criticar as interpretações que concebem as formas de diferenciação funcional existentes no Brasil como déficit. Em sua visada crítica, é a idealização normativa do padrão de diferenciação das sociedades do Atlântico Norte que alimenta as interpretações clássicas de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro e, atualmente, a tese das sociedades periféricas de Marcelo Neves. Ele conclui com a tese de que os problemas da corrupção sistêmica e da exclusão social não são exclusividades desviantes, mas problemas inerentes da sociedade mundial.

Fernando Perlatto (*A teoria crítica e os novos desafios contemporâneos: globalização, cosmopolitismo e democracia*), por sua vez, nos leva para a outra ponta da teoria sociológica alemã, qual seja, a teoria crítica originada na escola de Frankfurt (e hoje transnacionalizada), mas nos coloca exatamente diante do mesmo desafio, ainda que desta vez sob a chave conceitual da globalização e do cosmopolitismo. O autor demonstra como na teoria crítica encontramos uma visão ambivalente dos processos sociais globais, evitando tanto a armadilha do universalismo otimista (centrado nas virtudes do mercado) quanto do particularismo pessimista (centrado nas virtudes do Estado-Nação), apontando para as suas contradições, mas também para suas potencialidades. Nessa direção ele sistematiza as contribuições de Nancy Fraser (a justiça no quadro pós-Westfaliano), Jürgen Habermas (sociedade mundial de cidadãos), Seyla Benhabib (processos de constitucionalização global) e Craig Calhoun (cosmopolitismo de conexões) que, sem descurar da crítica imanente, são teorias que nos oferecem pistas para identificar as possibilidades emancipatórias inscritas nas transformações globais em curso.

Apesar de paradigmas conflitantes que, aliás, já ensejaram um dos debates mais ricos e fascinantes da história da teoria sociológica (o célebre Positivismus Streit), há um elo em comum entre os artigos de Dutra e Perlatto: ambos localizam-se na tradição do universalismo moral de raiz kantiana, colocando-os em contraste com a hipertrofia da diferença (CHAKRABARTY, 2010) que, alimentada pelo pós-estruturalismo de raiz nietzscheana, encontra suas expressão teórica nas abordagens pós-coloniais (e decoloniais) que, pelo viés histórico-culturalista, tentam pensar os processos mundiais assimétricos com os quais a sociologia atual encontra-se defrontada (para um balanço, vide-se COSTA, 2006).

Enquanto Dutra e Perlatto conduziram suas discussões sobre o plano macroglobal na esteira do pensamento sociológico alemão contemporâneo (cujas referências centrais são Habermas e Niklas Luhmann), Juarez Lopes e Gabriel Peters servem-se das tradições francesa e anglo-saxônica para nos ajudar a pensar os desafios postos para a sociologia na sua escala microsocial. Por essa via, Juarez Lopez discute a recepção do pensamento de Durkheim na obra de Erving Goffmann (*Rituais de interação na vida cotidiana: Goffman leitor de Durkheim*) e demonstra que a teoria performática da ação social proposta pelo pensador norte-americano tem origem nas noções de “deferência” e “porte” que Durkheim emprega em *As formas elementares da vida religiosa*. Dessa forma, ele não apenas resgata uma leitura microsociológica de Durkheim, como também aponta para a dimensão estrutural da teoria de Goffmann, na medida em que ele está em busca da “ordem” da interação social da vida cotidiana.

Já Gabriel Peters (*A teoria da ação à luz da experiência esquizo: um estudo de epistemologia insana*) nos propõe como exercício o mergulho no âmbito do patológico (a esquizofrenia) com vistas a nos fazer pensar sobre as modalidades normais da ação social. A partir desse exercício, Peters questiona alguns postulados da teoria da ação em sua versão praxiológica, em especial aquelas defendidas pela teoria da dualidade da estrutura de Giddens e pela teoria do Habitus de Bourdieu e que a entendem como conhecimento prático, seja ele reflexivo ou pré-reflexivo. Ele mostra como a esquizofrenia não pode ser reduzida apenas a um deficit e que ela pode ser lida como possibilidade alternativa de ser-no-mundo. É na medida em que desnaturaliza nossas formas de perceber e agir na realidade social que a esquizofrenia nos ajuda também a localizar e problematizar o caráter dado do nosso modo de “ser-com-o-mundo” e de

“ser-com-os outros” e revela-se como exercício privilegiado de análise sociológica das práticas sociais no nível micro.

Longe de ficar apenas no plano abstrato da metateoria ou nos horizontes arcanos da teoria sociológica, os problemas acima elencados re-aparecem no horizonte das questões que afetam o Brasil (enquanto sociedade nacional) e a América Latina (enquanto região mundial) no quadro da modernidade múltipla e global. Nessa direção, Sérgio Tavolaro (*Imagens de uma outra modernidade: Gilberto Freyre e o espaço-tempo latino-americano*) discute criticamente a obra de Gilberto Freyre. Além de resgatar as categorias tempo e espaço – outras duas noções centrais do discurso sociológico contemporâneo –, Tavolaro nos convida a olhar para o enquadramento que Gilberto Freyre confere à América Latina. Seu exame conclui que o sociólogo pernambucano não via a América Latina como um ensaio imperfeito da civilização moderna, mas como uma realização própria, bem sucedida e até mesmo modelar. As reflexões de Freyre interpelam criticamente as abordagens da multiplicidade da modernidade, da modernidade global e da condição pós-colonial. Apesar de suas diferenças irreduzíveis, existe um denominador comum entre estas abordagens e a sociologia de Gilberto Freyre, tendo em vista que ambas problematizam o imaginário estabelecido da sociologia. Tavolaro, portanto, localiza uma chave que nos permite uma leitura crítica e renovada do sociologia freyriana.

Com a entrevista concedida por Fernando Henrique Cardoso a Marcos Antonio Beal (2015) no dia 13 de setembro de 2013 (e posteriormente incorporada a sua tese de doutorado, intitulada *Fernando Henrique Cardoso e o pensamento político brasileiro*), o foco volta-se para o pensamento social brasileiro e para a sociologia política, do qual o autor é um dos principais protagonistas. O fio condutor do diálogo não é, como convencionalmente, a análise da dependência, mas a teoria política de Fernando Henrique Cardoso. A partir deste ângulo original, ele esclarece sua vinculação e seu posicionamento frente às grandes correntes ideológicas do nosso tempo, incluindo o liberalismo, o neo-liberalismo, a social-democracia e a terceira-via. Ele também revisa sua trajetória intelectual no âmbito das linhagens do pensamento político brasileiro e disserta sobre seu diálogo com Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Hélio Jaguaribe, Alain Touraine, Alfred Stepan e Juan Linz, entre outros pensadores que, segundo ele, teriam formatado sua percepção da trajetória política do Brasil. Por essa mesma grade, Fernando Henrique Cardoso

discute ainda as contribuições dos principais intelectuais públicos de nossa era, como Norberto Bobbio, Jürgen Habermas, Anthony Giddens e Manuel Castells, fornecendo-nos, assim, as linhas mestras para entender sua visão das transformações atuais e dos desafios frente às quais está colocada a sociedade brasileira. Na entrevista também não falta sua avaliação da sociologia brasileira, seus principais autores (Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes e Roger Bastide), bem como episódios biográficos decisivos para a trajetória do pensamento político de Cardoso. Trata-se de um documento precioso que olha para a obra teórica de Fernando Henrique Cardoso sob o olhar da sociologia política, enfoque ainda incipiente nos estudos sobre sua trajetória intelectual.

Em retrospecto, o conjunto de artigos aqui reunidos discute alguns dos problemas centrais dos discurso sociológico no plano da teoria social, da teoria da modernidade (em sua escala global ou mesmo no horizonte da América Latina e do Brasil), incluindo o legado teórico da sociologia nacional, sem esquecer ainda da dimensão crítico-normativa. No plano macro, conceitos e categorias como sociedade mundial, cosmopolitismo e globalização e teorias fundamentais como a da multiplicidade da modernidade e da diferenciação sistêmica e do pós-colonialismo são amplamente examinados, mesmo movimentos que vemos quanto as teoria da ação, da práxis e da interação, no plano micro. Trata-se de um amplo panorama que toca nos problemas e questões fundamentais da teoria sociológica contemporânea. O dossiê reúne especialistas internacionais na obra de Max Weber e alguns dos mais destacados pesquisadores em teoria sociológica dos quadros intelectuais brasileiros que se dedicam a autores de diferentes tradições sociológicas, como a teoria crítica, a teoria sistêmica, a teoria praxiológica e o interacionismo simbólico, entre outras. Os trabalhos aqui coligidos, além de fruto da cooperação entre o Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e a Universidade de Heidelberg, são, em sua maior parte, frutos de textos apresentados no GT de Teoria Sociológica da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Eles ilustram e, ao mesmo tempo, tem como meta consolidar uma área de pesquisa que, ao fazer da reflexão teórica sobre a teoria o seu objeto de estudo, vem alcançando um nível de maturidade e sofisticação crescentes, revelando o quanto a teoria sociológica continua a ser uma área crítica e original da pesquisa sociológica brasileira.

Referências

ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 23-90.

_____. O novo movimento teórico. **Revista brasileira de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 5-28, 1987b.

ALBERT, G. Moderater holismus: emergentistische Methodologie einer dritten Soziologie. In: Jens Greve e Annette Schnabel (Orgs.). **Emergenz: zur Analyse und Erklärung komplexer Strukturen**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2011, p. 251-285.

_____. Moderater holismus: emergentistische methodologie einer dritten soziologie. GREVE, Jens e SCHNABEL, Annete (Orgs.). **Emergenz: Zur Analyse und Erklärung komplexer Strukturen**. Suhrkamp: Berlin, 2011, p. 252-285.

ARCHER, M. **Realist social theory: the morphogenetic approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BEAL, M. A. **Fernando Henrique Cardoso e o pensamento político brasileiro**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BHASKAR, R. [1975]. **A realist theory of science**. London: Verso, 1997.

BOURDIEU, P. **O sentido prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAILLÉ, A. **Anthropologie du don: Le tiers paradigme**. Paris: La Découverte, 2007.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University, 2000.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006.

DOMINGUES, J. M. **Interpretando a modernidade: imaginário e instituições**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

GIDDENS, A. “Contra o “micro” e o “macro”: integração social e integração sistêmica”. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 163-170.

HABERMAS, J. **Zweite zwischenbetrachtung: system und lebenswelt**. Theorie des kommunikativen handelns. Frankfurt a.M. Mohr Siebeck, 1981, p. 171-181.

JOAS, H.; KNÖBL, W. **Sozialtheorie**: zwanzig einführende Vorlesungen, Suhrkamp. Frankfurt a.M: Suhrkamp, 2004.

LEPENIES, W. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.

LOCWOOD, D. Social integration and system integration. ZOLLSCHAN, G.; HIRSCH, W. **Exploration in social change**. Londres: Routledge: 1964.

LUHMANN, N. **Soziale systeme**. Frankfurt a.M: Suhrkamp, 1984.

SEARLE, J. **Making the social world**: the structure of human civilization. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SIMMEL, G. **Exkurs über das problem**: wie ist gesellschaft möglich? Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Frankfurt a.M: Suhrkamp, 1992, p. 42-61.

VANBERG, V. **Die zwei soziologien**: individualismus und kollektivismus in der sozialtheorie. Tübingen: Mohr Siebeck, 1975.

VANDENBERGUE, F. **La sociologie de Georg Simmel**. La Découverte, 2001.

_____. “Prefácio à edição brasileira: metateoria, teoria social, teoria sociológica”. **Uma historia filosófica da sociologia alemã**. v. 1. São Paulo: Annablume, 2009, p. 1-37.

WIPLER, R; SIEGWART, L. 1987. The Micro-Macro Link. In: ALEXANDER, J. C.; GIESEN, B.; MUNCH, R.; SMELSER, N. J. (Eds.). **The micro-macro link**. Berkeley: University of California.